

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Sergipe

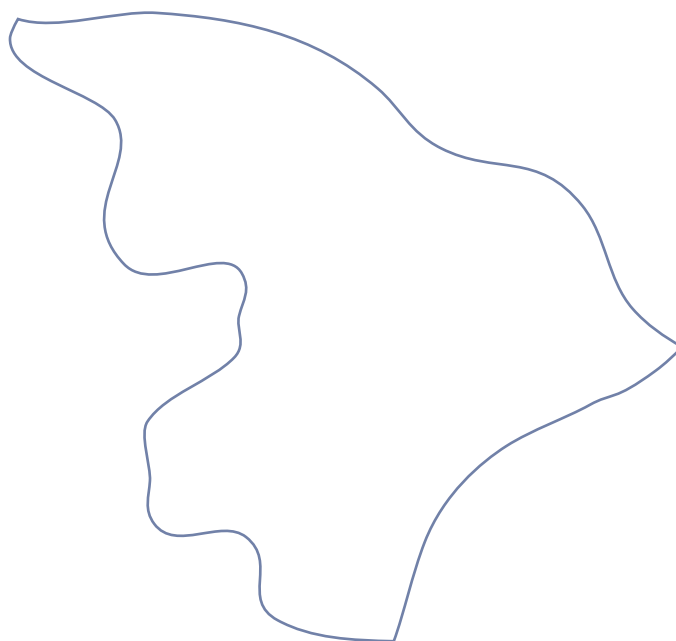


Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Sergipe



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Sergipe

Presidente: José Marcos de Andrade

1º Vice-Presidente: Alex Cavalcante Garcez

2º Vice-Presidente: José Alves Dantas Filho

3º Vice-Presidente: Carlos Henrique Oliveira Nascimento

4º Vice-Presidente: Gilson Silveira Figueiredo

1º Secretário: Sandro Ataíde Moura

2º Secretário: Rafael de Jesus

1º Tesoureiro: Petrúcio da Silva

2º Tesoureiro: Alex Sandro Costa Moura

Diretor para Assuntos do Comércio Atacadista: Emerson Natal de Almeida Sousa

Diretor para Assuntos do Comércio Varejista: João dos Reis Souza

Diretor para Assuntos Fiscais e Tributários: Manoel Caetano da Silva

Diretor Para Assuntos Governamentais: Robson Santos Pereira

Diretor para Assuntos Trabalhistas: Antônio Fernando Pereira de Carvalho

Diretor para Assuntos da Comunidade e Serviços: Ruthleia Florêncio Santos

Suplentes da Diretoria: 1º Laércio José De Oliveira, 2º Fábio Reis Lima, 3º Renato Alves da Silva, 4º Everaldo Dias Torres, 5º Sérgio Murilo Carvalho Matos, 6º Ely Nabuco Silveira de Carvalho, 7º Luiz Alves dos Santos, 8º Luis Macário de Santana Junior, 9º Kátia Santana Cruz, 10º Simone Barreto Vasconcelos, 11º Miguel Freitas Batista, 12º Lindoberto Barros Silva, 13º Joseilde Fontes Gomes, 14º Dayse Mesquita Santos, 15º Fábio Andrade Santos

Conselho Fiscal - Titulares: 1º Edivaldo Francisco da Cunha, 2º Pedro Rocha Amarante, 3º José Raimundo Dos Santos

Conselho Fiscal - Suplentes: 1º Lúcia Barreto Vasconcelos, 2º Francisco de Assis Santos, 3º Maria Marlene da Silva Rosa Prado

Conselho de Ética - Titulares: 1º Patrícia Mariano de Jesus Garcez, 2º Jonas Prado Filho, 3º Marisete Costa Moura Santana

Conselho de Ética - Suplentes: 1º João Civaldo Freitas Muniz, 2º Alexandre César Falcão de Sá, 3º Antonio Vasco Pereira Filho

Representantes junto à CNC

Titulares: 1º José Marcos de Andrade, 2º Laércio José de Oliveira

Suplentes: 1º Robson Santos Pereira, 2º Carlos Henrique Oliveira Nascimento

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-SE, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Sergipe /
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de
Sergipe. – 2. ed. – Sergipe : Fecomércio, 2024.
20 p. : il. color.

1. Gestão Pública. 2. Tributação. 3. Sergipe. I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação	4
Somando esforços.....	5
Introdução	6
Caminho para o desenvolvimento.....	7
Coleta de dados	8
Análise dos resultados.....	9
Temáticas da agenda local	12
Unicidade de sistemas públicos.....	13
Apoio aos micro e pequenos empresários	13
Varas especializadas no Tribunal de Justiça do estado de Sergipe.....	14
Policciamento dos centros comerciais	14
Redução da carga tributária estadual.....	15
Tributação sobre a energia elétrica	15
Tributação diferenciada para cada setor econômico	16
Ampliação da malha aérea.....	16
Incentivo à inovação	17
Estímulo às parcerias público-privadas (PPP's).....	18



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

José Marcos de Andrade

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac de Sergipe



José
Roberto
Tadros



José
Marcos
de Andrade



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio em Sergipe, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresário local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 51.404 estabelecimentos, dos quais 18.366 são voltados para o Comércio, 22.192 para o segmento de Serviços e 2.344 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 2.191, e da Indústria, com 6.311 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 71,8%, assim distribuídos: Serviços, 57%; Comércio, 11,3%; e Turismo, 3,5%. A Agropecuária e a Indústria somaram 28,2% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduanheiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais sobre a atuação do **Sistema Comércio no estado**





Coleta de dados

Foram coletadas 44 respostas, com um tempo médio de resposta de 23 minutos e 39 segundos. Considerando a quantidade de perguntas e o tempo médio de respostas, observamos que existe dificuldade de relação dos participantes com a tecnologia ou falta de aptidão tecnológica das pessoas que responderam ao questionário. As respostas de empresas foram em maior número, representando 55% do questionário, seguido por identificação em 10% dos Sindicatos, e os outros 35% não selecionaram ou não quiseram responder.

Na nuvem de palavras, onde é solicitado o nome da empresa, as pessoas não souberam responder com qualidade ou puseram informações confusas. As palavras/termos que mais aparecem são “Aracaju”, “Comércio Varejista”, “Sindicato”, “Sicofase” e “Fecomércio Sergipe”. Considerando o descarte da dificuldade de preenchimento por parte dos questionados, somente extraíndo a informação que tem valor, conseguimos algumas empresas presentes, a exemplo de “PubliMidia”, “Sofá Novo”, “Farmácia J R Souza”, “Serrana Tintas”, “KSCRUZ Representações”, “Franca Vigilância Ltda”, “Câmaras de Dirigentes Lojistas”, “consultoria LTDA” e “A G S Farma Ltda”.

Análise dos resultados

A principal questão envolvendo as empresas é a maior dificuldade em lidar com o setor público. Quando se trata de transformação digital, já que a opção ficou muito aberta no questionário, podemos interpretar que se trata da comunicação por redes sociais, da falta de acesso as informações necessárias e da falta de atualização das plataformas finais. Os participantes também pontuaram no questionário a falta de apoio às microempresas e a falta de incentivo para o empreendedorismo em formato de incentivos fiscais. Seguindo a linha de raciocínio da transformação de digital como primeira opção, nota-se também que falta unificação, burocratização e a não simplificação dos processos públicos; também atrapalha a vida do empresário sergipano, se tornando um óbice para o desenvolvimento empresarial. Os participantes julgam ser necessário o uso de uma ferramenta que inclua todas as informações em uma plataforma única, facilitando o dia a dia e agilizando a resolução de problemas, promovendo acesso às informações que eles demandam, visto que é cansativo, demorado e desatualizado o atual modelo. A falta de especialização nas Varas Comerciais também é uma dificuldade apontada.

Também está perceptível que eles não têm interesse, ou no momento não acreditam que seja uma necessidade, na execução de contratos com a administração pública, da mesma forma que também não têm interesse na pauta dos free shops ou no combate à pirataria.

Por meio da pesquisa, subentendemos um pouco mais sobre as dores dos nossos empresários e um pouco das suas demandas, nos levando a fazer uma breve leitura dos temas que eles têm mais preferência e que acreditam que vão impactar mais o negócio, sendo o incentivo para acessar o crédito e a promoção do empreendedorismo as pautas que mais interessam para a categoria empresarial em Sergipe. Não obstante, foi observado que eles também priorizam a segurança nos centros comerciais, e mais uma vez com o tema desburocratização, atrelando tudo isso ao tema da segurança pública. Entendemos, também, que não centralizar licenciamentos de qualquer natureza não é um caminho a ser percorrido para a melhoria do ambiente de negócios, mesmo sendo a pauta de menos interesse no formulário.

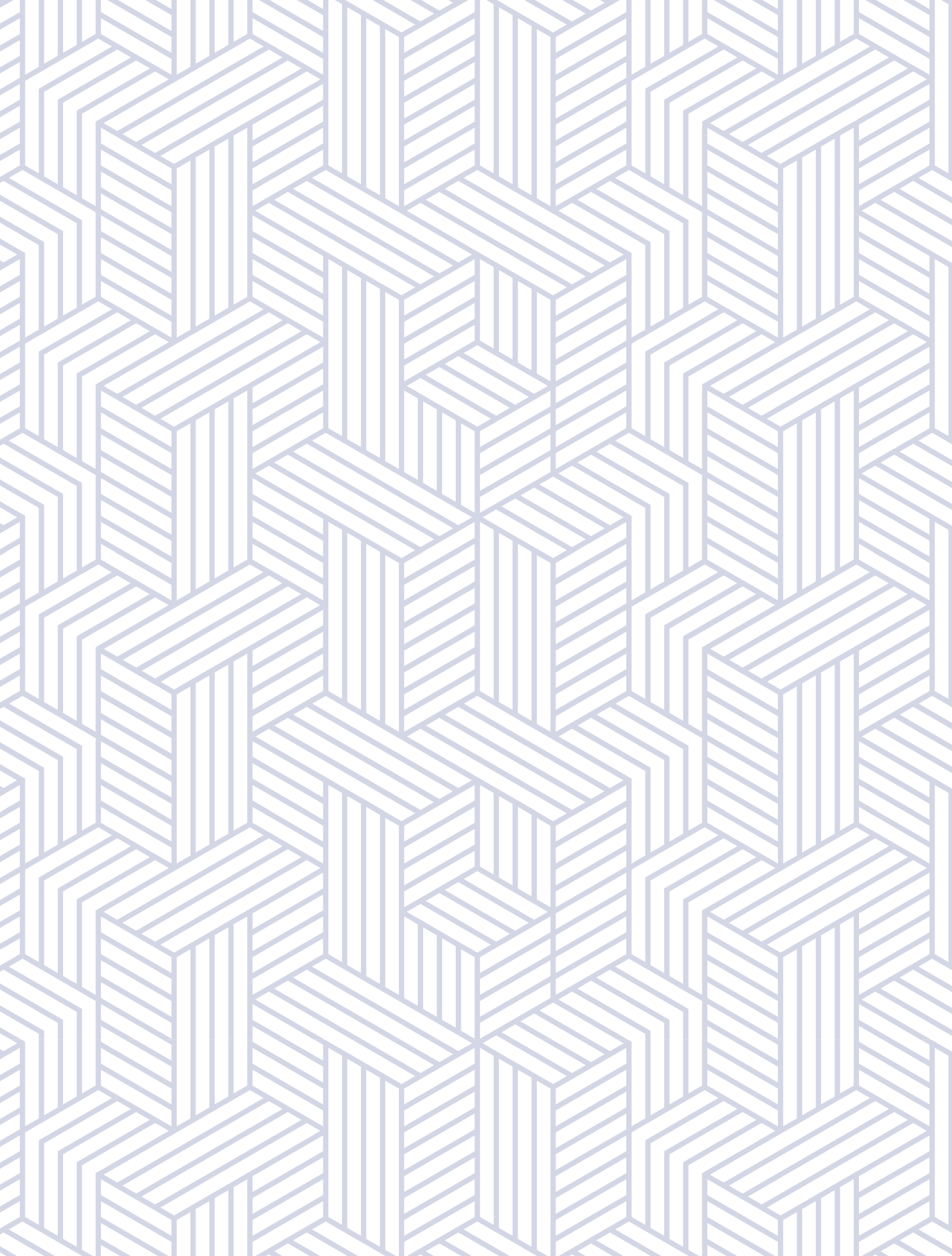
Como sugestão, os entrevistados pedem maior participação em reuniões de classe com o Poder Público; e capacitação nas áreas ambientais, fiscais e alto risco sanitário. Pedem também um estudo com propostas para o ICMS, para evitar a evasão de divisas e sonegação de impostos,

visando buscar o aumento na circulação de mercadorias e serviços dentro do estado; e demandam que se busquem soluções para a redução de impostos trabalhistas no anos iniciais de uma empresa, citando temas como reforma tributária e pacto federativo.

No que tange ao meio ambiente, os empreendedores tratam como prioridade a baixa emissão de carbono e, em segundo lugar, uma ampliação da infraestrutura de saneamento. Ainda dentro do contexto de consumo de energia, nosso empresariado acredita que a redução da tributação de energia seja um caminho interessante para os negócios. Percebe-se, também, que há uma necessidade de melhoria na parte logística, com o foco em facilitar os transportes, e a carência de alternativas viáveis e seguras e eficientes.

Quando tratado o tema de comércio de bens, serviços e turismo, percebemos que a redução da carga tributária é o assunto mais pautado. Da mesma forma, eles entendem que a simplificação das obrigações tributárias acessórias é importante, e deixam nítido que não entendem como necessária a inclusão da anterioridade da nonagesimal para obrigações acessórias. Dentro do mesmo tema, pedem um pouco mais de atenção no atendimento para as MPes e o MEI, e, reafirmando as informações captadas acima, continuam pautando ICMS e ISS no preço final dos produtos. Como ponto principal de interesse, ou seja, a reforma tributária, entendem também que é importante uma tributação diferenciada conforme cada realidade de setor produtivo, sendo que, dessa forma, fica claro que eles pedem uma legislação tributária que atenda a todos os requisitos supracitados e que reforce a ideia de imposto único; simplificação de cobranças; fiscalizações; redução de alíquotas de grandes estados produtores que fornecem para ME e EPP; que incentive a abertura de novas empresas diminuindo os impostos; programas de esclarecimento de tributos; e equiparação de tributos estaduais.

Diante de todas as informações passadas acima, eles também apontam como necessidade unânime a qualificação da mão de obra e educação do profissional através do Senac.





Temáticas da agenda local

Unicidade de sistemas públicos

Contextualização:

Há necessidade de promover a transformação de ferramentas do setor público para o empresariado, visando a uma maior desburocratização dos processos. Quanto à existência de ferramentas tecnológicas nos diversos entes públicos, inexistem uma unicidade entre eles, apresentando informações esparsas e que dificultam a vida do empresariado sergipano na busca de informações e resolução de problemas diários com o setor público.

Posicionamento:

Entendemos que deve existir um fomento para a melhoria no ambiente de negócios do Estado de Sergipe, sendo os entes estatais parceiros para o estímulo do mercado. Assim, faz-se necessária a adoção de políticas que busquem unificar todos os sistemas governamentais, tanto de âmbito estadual quanto de âmbitos municipais, com a finalidade de trazer maior facilidade para o empresário no momento das tratativas com o Poder Público; maior facilidade na busca de informações; e impulso na desburocratização dos procedimentos, incentivando assim o ambiente de negócios do estado.

Apoio aos micro e pequenos empresários

Contextualização:

Embora existam incentivos fiscais para alguns setores do setor produtivo, estes não são oferecidos para o micro e o pequeno empreendedor, que representam a maioria dos empresários sergipanos.

Posicionamento:

Consideramos justa a promoção de todo o setor produtivo, independentemente do tamanho que ele possua. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de políticas públicas para a criação de linhas de crédito mais acessíveis para o micro e o pequeno empreendedor, com o objetivo de convergir com os anseios do legislador constitucional, que previu no art. 146, III, d da Carta Maior o tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e para empresas de pequeno porte. Como possibilidade de abertura de crédito com taxas mais módicas, um grande parceiro poderá ser o Banco do Estado de Sergipe (Banese), cujo sócio majoritário é o próprio estado, propiciando ao pequeno empresariado sergipano linhas de crédito que possibilitem maior de concorrência frente ao mercado, que é muito competitivo.

Varas especializadas no Tribunal de Justiça do estado de Sergipe

Contextualização:

O Estado de Sergipe tem presenciado um grande desenvolvimento em todos os âmbitos sociais, principalmente a modernização do Poder Judiciário sergipano. Contudo, inexistem juízos especializados ligados aos temas inerentes ao setor produtivo, dificultando, por muitas vezes, o aprimoramento das discussões, assim como a ampliação da segurança jurídica e o melhoramento do ambiente de negócios.

Posicionamento:

O empresariado sergipano tem verificado os diversos esforços do Poder Judiciário do estado para a entrega de maior efetividade da prestação jurisdicional a toda população de Sergipe. Todavia, o empresariado do comércio entende ser necessária, como forma de aprimoramento dos temas relativos ao setor produtivo, a busca por maior segurança jurídica, com o consequente melhoramento do ambiente de negócios, e a criação de varas empresariais, onde existam magistrados especializados nos temas afetos ao setor terciário e que entendam particularmente cada discussão jurídica.

Policiamento dos centros comerciais

Contextualização:

A criminalidade nos centros comerciais, especialmente os da capital sergipana, restringe o fluxo de consumidores, que se sentem inseguros dado os baixos níveis de segurança pública. Além do mais, o setor produtivo assume despesas que deveriam ser do estado, tal como a vigilância e a segurança privada, elevando demasiadamente a operação da empresa e diminuindo a margem de lucro. Nesse toar, é translúcido que a falta de segurança pública afeta o desempenho da economia, reduzindo a capacidade de geração de emprego e renda.

Posicionamento:

Compreendemos que deve existir a melhoria da segurança pública, com investimento em ferramentas tecnológicas e o aumento do efetivo que labora diariamente no policiamento dos grandes centros comerciais do Estado de Sergipe. O conjunto dessas ações tendem a coibir a criminalidade, de modo a tornar mais atrativo para a população frequentar os principais polos comerciais, além de garantir segurança para comerciantes e comerciários no exercício laboral.

Redução da carga tributária estadual

Contextualização:

A carga tributária tem sido, nos últimos anos, a grande pauta de discussão do setor produtivo em todas as unidades federativas. Contudo, foi verificado junto aos empresários locais que Sergipe possui uma das mais altas cargas tributárias do Brasil, impossibilitando a concorrência com empresas de outros estados.

Posicionamento:

Compreendemos que a carga tributária de Sergipe tem dificultado profundamente a competitividade do setor produtivo estadual em face de empresários localizados em outras unidades federativas, especialmente Bahia e Alagoas, estados limítrofes. As onerosas alíquotas sobre o comércio ou serviços têm, muitas vezes, diminuído a margem de lucro das sociedades empresariais, dificultando a sobrevivência da empresa. Assim, faz-se necessária uma ampliação do debate acerca da carga tributária, tanto no âmbito estadual quanto nos âmbitos municipais, com o objetivo de maior participação do empresariado sergipano, para que este possa contribuir com a discussão da pauta e buscar, com todos os personagens da cadeia, a justiça tributária.

Tributação sobre a energia elétrica

Contextualização:

Além da elevada carga tributária sobre a comercialização de produtos e a prestação de serviços, outro tema detectado foi a alta cobrança de tributos incidentes sobre o consumo da energia elétrica.

Posicionamento:

O empresariado do comércio sergipano de bens, serviços e turismo, no mesmo sentido da discussão da carga tributária, entende ser necessária a adoção de medidas para redução da carga tributária sobre o consumo de energia para o setor produtivo. O comércio de bens, turismo e serviços movimenta grande parte da economia do estado, bem como emprega grande parte dos trabalhadores sergipanos, contudo, com essa elevada carga tributária, fica impossibilitado o maior desenvolvimento de cada negócio, tendo em vista que valores que poderiam ser reinvestidos em abertura de novos postos de trabalho e investimentos diversos, como em tecnologia, servem exclusivamente para adimplir altas alíquotas tributárias incidentes sobre o consumo da energia.

Tributação diferenciada para cada setor econômico

Contextualização:

A tributação diferenciada ocorre através do Regime Especial de Tributação, que consiste em uma forma distinta de tratamento tributário dispensada a determinadas atividades ou setores da economia, com a finalidade de diminuir impostos, unificar tributos e eliminar a burocracia na emissão de nota fiscal.

Posicionamento:

Apesar da existência de normas estaduais que preveem um Regime Especial de Tributação para algumas categorias, tal como o Decreto nº 40.949, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o RET nas operações do setor atacadista sergipano, o empresariado do comércio entende que o debate deve ser ampliado, escutando os partícipes de cada atividade do setor produtivo, criando fóruns com a participação de representantes dos entes públicos, para que sejam conhecidas as necessidades de cada categoria econômica, com o objetivo de propiciar um ambiente mais competitivo diante das sociedades empresariais de outros estados.

Ampliação da malha aérea

Contextualização:

A falta de uma malha aérea abrangente no Estado de Sergipe tem gerado impactos significativos no setor turístico local. Atualmente, a região depende principalmente do turismo regional, resultando numa subexploração da demanda. Essa limitação na conectividade aérea prejudica a capacidade do estado de atrair visitantes de outras partes do País e do exterior, comprometendo o potencial do turismo sergipano. A expansão e o aprimoramento da malha aérea tornam-se, assim, imperativos para impulsionar o desenvolvimento turístico e econômico da região.

Posicionamento:

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe manifesta seu apoio incondicional à implementação de incentivos estatais robustos, com o intuito de atrair as companhias aéreas a ampliarem significativamente a oferta de voos para o nosso estado. Reconhecemos que a carência atual na malha aérea tem limitado o potencial turístico sergipano, mantendo-nos restritos principalmente ao turismo regional.

+ *Acreditamos que um aumento substancial na conectividade aérea não apenas revitalizará a indústria do turismo em Sergipe, como também proporcionará efeitos cascata positivos em diversos setores. Com uma oferta mais abrangente de voos, antevemos um aumento expressivo no número de visitantes, resultando num aquecimento econômico para o setor de serviços e, também, em demanda mais consistente para o comércio local.*

Além disso, a ampliação da malha aérea tem o potencial de gerar um aumento no nível de contratações, à medida que as empresas ligadas ao turismo se expandem para atender à crescente demanda. Isso beneficia a economia local e contribui para a melhoria do cenário de empregabilidade em Sergipe.

Em última análise, enxergamos essas iniciativas como catalisadoras do desenvolvimento de Sergipe. Ao criar um ambiente propício para o crescimento do turismo, fomentamos a economia local e posicionamos nosso estado como um destino mais atrativo para investidores, turistas e empreendedores, pavimentando o caminho para um futuro mais próspero e dinâmico para todos os sergipanos.

Incentivo à inovação

Contextualização:

A legislação de inovação de Sergipe, datada de 2009, necessita de uma atualização urgente para incorporar as novas modalidades empresariais e tecnologias surgidas desde então. A falta de revisão coloca em risco a continuidade dos negócios, prejudicando a competitividade do estado no cenário de inovação. A revisão é essencial para garantir a adaptação da lei às mudanças dinâmicas, promovendo o crescimento econômico e a atração de investimentos; e fortalecendo o ecossistema de inovação local.

Posicionamento:

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe expressa seu apoio integral à urgente alteração legislativa. Essa medida visa refletir o contexto atual de forma mais precisa na norma legal, proporcionando mais dinamismo ao setor produtivo. Além disso, a atualização proposta busca estimular a atração de novos investimentos, ao mesmo tempo em que promove a tão necessária segurança jurídica para os empreendedores locais.

Estímulo às parcerias público-privadas (PPP's)

Contextualização:

É imprescindível promover a conscientização dos gestores públicos sobre a importância do estímulo às parcerias público-privadas em diversos setores estratégicos, como o comércio de bens, serviços e turismo. O propósito é assegurar que os serviços oferecidos sejam especializados, obtidos a um custo reduzido e entregues com maior eficiência.

Posicionamento:

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe expressa seu firme apoio à promoção de parcerias público-privadas, visando impulsionar o setor produtivo e proporcionar efetividade ainda maior nos serviços oferecidos à sociedade. Esse respaldo se reflete em iniciativas bem-sucedidas, como o programa Primeiro Emprego, uma colaboração entre o Senac e o Governo de Sergipe, assim como a realização da Vila do Natal Iluminado, fruto da parceria entre a Federação e o governo estadual, dentre outros eventos promovidos pela Fecomércio-SE.



